

**XXIX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social**  
*“Memória Social, Patrimónios e Identidades”*

**TEMA:**

Tributação, Património e Identidades - As finanças do concelho de Penafiel no período de afirmação do Estado Liberal (1835-1851).

**RESUMO:**

Com o Liberalismo, o poder municipal adquire novas responsabilidades e obrigações originando um aumento dos encargos financeiros. Também com o Liberalismo, as câmaras municipais viram muitas das suas decisões serem fiscalizadas por outros órgãos, nomeadamente o conselho de distrito e, a partir de 1841, o conselho municipal, perdendo assim independência no plano político-económico.

Penafiel reflecte esta conjuntura geral, condutora de processos de reivindicação de identidades, como se verá. É pois, nosso objectivo, aferir, em primeiro lugar, como as reformas levadas a cabo pelo novo regime liberal tiveram consequências ao nível da divisão do espaço administrativo, situação que não pode ser divorciada do próprio alargamento da base geográfica de tributação, conduzindo a um processo de reivindicação de um território que a Memória reivindicava e Identificava com Penafiel de tempos passados. A alteração dos limites geográficos do concelho de Penafiel, criava expectativas de receitas fiscais numa perspectiva de aumento anual da população do espaço concelhio, processo que se tentará avaliar.

Por outro lado, e tendo esta base territorial desenhada, procurar-se-á evidenciar as consequências desta nova ordem, e demonstrar que a Câmara de Penafiel, à semelhança de outras câmaras (de acordo com estudos publicados), apresentou, nos anos de 1835-1851, níveis de crescimento das receitas, embora as contas de receitas e despesas tenham sofrido oscilações, caracterizando-se o movimento contabilístico pela apresentação de saldos relativamente equilibrados, que, no entanto, de uma forma “engenhosa”, encobriam uma dívida acentuada, expressa na existência de dívidas activas e passivas.

A base que sustenta, empiricamente, os nossos objectivos de investigação, residiu na análise detalhada da colecção de legislação portuguesa, dos livros de actas de vereação, de receitas e despesas, cruzando-se sempre com estudos de finanças municipais existentes para outros concelhos. Em particular no domínio financeiro as opções metodológicas foram absolutamente essenciais, dada a necessidade em criar categorias que organizassem e permitissem entender e hierarquizar as verbas recebidas e efectivamente gastas.

**PALAVRAS CHAVE:**

Território, Património, Finanças Contabilidade.